

51030100283000000000000010130022001053117466

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 359-B, DE 1995

Determina que os órgãos da Administração Pública, direta e indireta divulguem, por intermédio do programa radiofônico "Voz do Brasil" todas as liberações de recursos para Estados e Municípios.

Autor: Deputado FEU ROSA

Relator: Deputado BISPO RODRIGUES

VOTO EM SEPARADO - DEPUTADO ALDIR CABRAL

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 359-B, de 1995, determina que se divulguem pelo programa "Voz do Brasil" a listagem plena de todas as liberações de recursos federais para os Estados e os Municípios brasileiros. Se não observada a medida, haverá punição, capitulando-se a omissão como crime de responsabilidade, punido com a perda da função pública.

A proposta foi examinada, anteriormente, na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, onde foi aprovado. Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a proposta foi rejeitada. Veio à esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, merecendo parecer favorável do Relator, Deputado Bispo Rodrigues, sem restrições à sua constitucionalidade, à sua juridicidade e à sua técnica legislativa.

II - VOTO EM SEPARADO

Não vislumbro no Projeto em exame motivos maiores para sua rejeição nesta Comissão, como já ocorreu na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Nem mesmo os argumentos que levaram mencionada Comissão à rejeição da matéria, me convencem. Entendo que a proposição é justa e se alinha à política de moralidade e de ética que transpiramos na Câmara dos Deputados e que tem sido buscado, com relativo sucesso, nos vários níveis de Governo: União, Estados e Municípios.

Entretanto, vejo na Ementa e no texto do Art. 1º do Projeto de Lei nº 359-B/95 um exagero redacional que, inclusive, orientou a sua rejeição na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Refiro-me a expressão "todas" que, tornando agigantada a aplicabilidade da medida proposta, causa impressão negativa no sentido da viabilidade da norma no seu sentido factual.

A supressão da expressão "todas", tanto na Ementa, quanto no texto do Art. 1°, sem modificar a intenção da norma proposta e sem alterar a força moralizadora da lei em exame, torna o texto mais palatável, de melhor degustação pela tecnocracia, sem prejuízo do resultado final a ser obtido pela norma. Além disto, a referida supressão aperfeiçoa o texto do art. 1°, que, assim, se atrela indivisivelmente ao art. 2° do mesmo Projeto, que trata da punição pela não observância da ordem legal. Neste caso, a omissão, se praticada intencionalmente, passa a ser uma opção pessoal do administrador público, dentro de riscos calculados. Assim, a redação que dou à Ementa e ao Art. 1° do Projeto de Lei n° 359-B, de 1995, se justificam porque, expurgando o excesso redacional, melhor seqüência o texto da lei que se quer editar em consonância com o esforço de todos os que buscam, no Brasil, índices maiores de moralização na Administração Pública.

Voto, pois, pela aprovação do Projeto de Lei nº 359-B, de 1995, de autoria do nobre Deputado Feu Rosa, nos termos do Relatório do Nobre Deputado Bispo Rodrigues com a emenda supressiva que, em anexo, apresento.

Sala da Comissão, em de de 2001.

DEPUTADO ALDIR CABRAL PFL/R.J

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 359-B, DE 1995

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se da Ementa e do Art. 1º a expressão

"todas".

Sala da Comissão, em de de 2001.

DEPUTADO ALDIR CABRAL PFL/RJ